

## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - MG

## Termo de Referência 21/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	926188-CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - MG	VIVIANE LETICIA MATIAS DOS SANTOS	23/04/2026 11:22 (v 0.9)
Status	DISPONIBILIZADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		018/2026

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O COREN-MG**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

- 1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, em conformidade ao que preconiza o art. 6º, inc. XIII da Lei 14.133/2021.
- 1.2. O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro do ano da assinatura da avença, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a aquisição dos itens de gêneros alimentícios visando assegurar melhor atendimento aos profissionais inscritos no Coren-MG, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades institucionais e administrativas. A presente contratação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, com a finalidade de garantir suporte adequado às atividades institucionais e proporcionar melhor atendimento aos profissionais inscritos nesta Autarquia, assegurando condições apropriadas de funcionamento.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O COREN-MG**, conforme condições deste Termo de Referência.

GRUPO 1 - AQUISIÇÃO DE AÇÚCAR CRISTAL E ADOÇANTE (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
	Açúcar Cristal, branco, acondicionado em embalagens plástica de 1 (um) quilograma com todas informações pertinentes aos produtos		

1	previstos na legislação vigente, data de validade e fabricação impressos na embalagem, respeitando o prazo mínimo de 12 meses de validade da data da entrega; Entrega: Fracionada	Pacote	350
2	Açúcar Cristal, branco, acondicionado em embalagens plástica de 5 (cinco) quilogramas com todas informações pertinentes ao produto, previstos na legislação vigente, data de validade e fabricação impressos na embalagem, respeitando o prazo mínimo de 12 (doze) meses de validade da data da entrega. Entrega: Fracionada	Pacote	850
3	Adoçante líquido Sucralose, sem glúten, com data de validade e fabricação informadas na embalagem; a validade não poderá ser inferior a 12 (doze) meses. Frascos de 100 ml. Entrega: Fracionada	Frasco	350

GRUPO 2 - AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
4	Água mineral natural, tipo: sem gás, envasado em copos plásticos de 200 ml cada, com tampa metalizada fixada, livres de quaisquer tipos de resíduos. Os copos devem apresentar rótulos com informações da empresa, marca do produto, prazo de validade de no mínimo 3 meses da data da entrega. Entrega: Fracionada	Copo	6.000
5	<p>Água Mineral sem gás em embalagens de 20 litros.</p> <p>Água mineral e potável de mesa, sem gás, para bebedouro, acondicionada em garrações de 20 litros. Deverá disponibilizar em regime de comodato, a quantidade mínima de 30 (trinta) garrações retornáveis de 20 litros para o fornecimento de água. Os garrações utilizados no fornecimento da água deverão estar em bom estado de conservação, sem amassamentos, rachaduras, remendos, deformações nos gargalos e outras imperfeições que comprometam a qualidade da água. Os garrações deverão seguir o processo de fabricação que trata a ABNT 14.222, devendo neles constar a data limite de 03 (três) anos de sua vida útil, especificada na forma “Data de Fabricação” e “Prazo de Validade” expresso segundo a escrita usual: mês/ano. Entrega: Fracionada</p>	Galão	3.500

GRUPO 3 - AQUISIÇÃO DE BISCOITOS AMANTEIGADOS (DISPUTA AMPLA)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
6	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. O peso por unidade deverá ser de até aproximadamente 11,5 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a	Sachê	190.500

	equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Sabor: leite. Validade mínima de 6 (seis) meses na data da entrega. Entrega fracionada. Marca de Referência: Bauducco		
7	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. O peso por unidade deverá ser de até aproximadamente 11,5 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Sabor: chocolate Validade mínima de 6 (seis) meses na data da entrega. Entrega fracionada. Marca de Referência: Bauducco	Sachê	190.500

GRUPO 4 - AQUISIÇÃO DE BISCOITOS AMANTEIGADOS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
8	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. O peso por unidade deverá ser de até aproximadamente 11,5 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Sabor: leite. Validade mínima de 6 (seis) meses na data da entrega. Entrega fracionada. Marca de Referência: Bauducco	Sachê	15.875
9	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. O peso por unidade deverá ser de até aproximadamente 11,5 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Sabor: chocolate Validade mínima de 6 (seis) meses na data da entrega. Entrega fracionada. Marca de Referência: Bauducco	Sachê	15.875

GRUPO 5 - AQUISIÇÃO DE BISCOITOS AMANTEIGADOS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
10	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. O peso por unidade deverá ser de até aproximadamente 11,5 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Sabor: leite. Validade mínima de 6 (seis) meses na data da entrega. Entrega fracionada. Marca de Referência: Bauducco	Sachê	15.875
11	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. O peso por unidade deverá ser de até aproximadamente 11,5 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Sabor: chocolate Validade mínima de 6 (seis) meses na data da entrega. Entrega fracionada. Marca de Referência: Bauducco	Sachê	15.875

GRUPO 6 - AQUISIÇÃO DE BISCOITOS AMANTEIGADOS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
12	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. O peso por unidade deverá ser de até aproximadamente 11,5 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Sabor: leite. Validade mínima de 6 (seis) meses na data da entrega. Entrega fracionada. Marca de Referência: Bauducco	Sachê	15.875
13	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. O peso por unidade deverá ser de até aproximadamente 11,5 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Sabor: chocolate Validade mínima de 6 (seis) meses na data da entrega. Entrega fracionada. Marca de Referência: Bauducco	Sachê	15.875

GRUPO 7 - AQUISIÇÃO DE BISCOITOS AMANTEIGADOS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
14	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. O peso por unidade deverá ser de até aproximadamente 11,5 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Sabor: leite. Validade mínima de 6 (seis) meses na data da entrega. Entrega fracionada. Marca de Referência: Bauducco	Sachê	15.875
15	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. O peso por unidade deverá ser de até aproximadamente 11,5 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Sabor: chocolate Validade mínima de 6 (seis) meses na data da entrega. Entrega fracionada. Marca de Referência: Bauducco	Sachê	15.875

GRUPO 8 - AQUISIÇÃO DE BOLINHOS (DISPUTA AMPLA)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
16	Bolinho de laranja sem recheio, com forminha, embalados individualmente. O peso por unidade deverá ser de aproximadamente 40 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a	Pacote	24.300

	proporcionalidade do fornecimento. Referência: Bauducco ou equivalente. Entrega fracionada.		
17	Bolinho de chocolate, com forminha, embalados individualmente. O peso por unidade deverá ser de aproximadamente 40 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Referência: Bauducco ou equivalente. Entrega fracionada.	Pacote	24.300

GRUPO 9 - AQUISIÇÃO DE BOLINHOS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
18	Bolinho de laranja sem recheio, com forminha, embalados individualmente. O peso por unidade deverá ser de aproximadamente 40 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Referência: Bauducco ou equivalente. Entrega fracionada.	Pacote	8.100
19	Bolinho de chocolate, com forminha, embalados individualmente. O peso por unidade deverá ser de aproximadamente 40 g, admitindo-se variação compatível com o padrão de fabricação do produto, desde que não comprometa a equivalência, a qualidade e a proporcionalidade do fornecimento. Referência: Bauducco ou equivalente. Entrega fracionada.	Pacote	8.100

GRUPO 10 - AQUISIÇÃO DE COADOR E FILTRO DE PAPEL (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
20	Coador de pano para cafeteira Industrial - sem cabo – em flanela 100% algodão envolto em arame de aço galvanizado - Medidas: Diâmetro 24 cm Altura até 30 cm. Entrega: Fracionada.	Unidade	60
21	Filtro de papel para café nº 103 – contendo 30 (trinta) unidades cada, com data de validade e fabricação informadas na embalagem, respeitando o prazo mínimo de 12 meses de validade da data da entrega. Entrega: Fracionada.	Unidade	140

GRUPO 11 - AQUISIÇÃO DE SUCOS EM CAIXINHA (DISPUTA AMPLA)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
22	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	63.752
	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor manga. Embalado em		

23	caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	63.752
24	Suco pronto para beber. Sem adição de açúcar. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	63.752

GRUPO 12 - AQUISIÇÃO DE SUCOS EM CAIXINHA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
25	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	5.312
26	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor manga. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	5.312
27	Suco pronto para beber. Sem adição de açúcar. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	5.312

GRUPO 13 - AQUISIÇÃO DE SUCOS EM CAIXINHA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
28	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	5.312
29	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor manga. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	5.312
30	Suco pronto para beber. Sem adição de açúcar. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	5.312

GRUPO 14 - AQUISIÇÃO DE SUCOS EM CAIXINHA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
31	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	5.312
32	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor manga. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	5.312

	Yummi		
33	Suco pronto para beber. Sem adição de açúcar. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	5.312

GRUPO 15 - AQUISIÇÃO DE SUCOS EM CAIXINHA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
34	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	5.312
35	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor manga. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	5.312
36	Suco pronto para beber. Sem adição de açúcar. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada. Marca de Referência: Tial, Yummi	Unidade	5.312

ITEM 37- AQUISIÇÃO DE CAFÉ EM PÓ (DISPUTA AMPLA)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
37	<p>Café em pó, tipo TRADICIONAL em embalagens de 500g.</p> <p>Acondicionamento: café em embalagem do tipo vácuo, com registro da data de fabricação e validades estampadas no rótulo da embalagem: a validade não poderá ser inferior a 12 (doze) meses da data da entrega do produto:</p> <p>Qualidade: a marca deve possuir certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC ou selo de qualidade da BSCA, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, ou outros laboratórios credenciados pela rede brasileira de laboratórios analíticos de saúde (habilitados pela vigilância sanitária), ou ainda, laboratórios credenciados às secretarias estaduais de agricultura nos estados que possuam legislação específica para a análise sensorial de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza: as despesas com o laudo técnico correrão às expensas da empresa contratada. aspecto: em pó homogêneo, torrado e moído: tipo de café: café 100% arábica, não sendo admitida presença de Conillon. Bebida: dura, não se admitindo Rio e Riozona.</p> <p>OBS (1).: para os laudos que não especificarem a validade, esta será considerada de 30 (trinta) dias após a emissão.</p> <p>OBS (2).: A apresentação dos laudos será exigida como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços. Marcas de Referência: Dom Pedro, Fino Grão, Três Corações, União, Pilão, Nova Suissa, Melitta</p>	Pacote	1.500



ITEM 38- AQUISIÇÃO DE CAFÉ EM PÓ (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
38	<p>Café em pó, tipo TRADICIONAL em embalagens de 500g.</p> <p>Acondicionamento: café em embalagem do tipo vácuo, com registro da data de fabricação e validades estampadas no rótulo da embalagem: a validade não poderá ser inferior a 12 (doze) meses da data da entrega do produto:</p> <p>Qualidade: a marca deve possuir certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC ou selo de qualidade da BSCA, em plena validade, ou laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, ou outros laboratórios credenciados pela rede brasileira de laboratórios analíticos de saúde (habilitados pela vigilância sanitária), ou ainda, laboratórios credenciados às secretarias estaduais de agricultura nos estados que possuam legislação específica para a análise sensorial de café, com nota de qualidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na escala sensorial do café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza: as despesas com o laudo técnico correrão às expensas da empresa contratada. aspecto: em pó homogêneo, torrado e moído: tipo de café: café 100% arábica, não sendo admitida presença de Conillon. Bebida: dura, não se admitindo Rio e Riozona.</p> <p>OBS (1).: para os laudos que não especificarem a validade, esta será considerada de 30 (trinta) dias após a emissão.</p> <p>OBS (2).: A apresentação dos laudos será exigida como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços. Marcas de Referência: Dom Pedro, Fino Grão, Três Corações, União, Pilão, Nova Suíça, Melitta</p>	Pacote	500

ITEM 39 - AQUISIÇÃO DE CHÁ MATE (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)			
	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
39	Chá Mate acondicionados em embalagens de 250 (duzentos e cinquenta) gramas com data de validade e fabricação informadas na embalagem. Entrega: Fracionada	Caixa	350

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Não se aplica.

### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, no que couber, a indicação de marca(s), é meramente referencial e não viola o que dispõe o art. 41, inc. I, 'd' da Lei 14.133/2021.

### Da exigência de amostra



4.3. Não se aplica.

### **Subcontratação**

4.4. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato;

4.4.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.[A6]

### **Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.6. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de **até 25% (vinte e cinco por cento)** do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.6.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.6.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.6.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

**4.6.4 Para os Grupos 3 e 11 foram estabelecidos mais de um grupo reservados para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que o sistema "compras.gov" não operacionaliza tratamento diferenciado para grupos/itens ainda que exclusivos e que tenham valor acima do limite estabelecido no art. 48, inc I da Lei Complementar nº 123/2006, qual seja R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).**

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 20 (vinte) dias contados a partir do aceite no termo de contrato ou instrumento equivalente;

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Local de Entrega: Os bens deverão ser entregues na Sede do Coren-MG, situada à Rua da Bahia, 916 - 5º andar, bairro Centro, Belo Horizonte-MG. CEP 30.160-011. O horário para realização das entregas deverá ser de 09h00 as 16h00, sempre de segunda à sexta feira.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Coren-MG e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Coren-MG poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de até 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 20 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA para correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização



dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO - tipo REGISTRO DE PREÇOS**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por Grupo/ Item.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme a demanda do Coren-MG;

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será conforme tabelas constantes na cláusula 10ª deste Termo de Referência;

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. **pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico - Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	
SG =	Ativo Total	
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	
LC =	Ativo Circulante	
	Passivo Circulante	

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) valor total estimado da parcela pertinente.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. **O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.**

### Qualificação Técnica

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1 *Fornecimento de Gêneros Alimentícios;*

9.32.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 2.429.943,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e três reais)**, conforme custos unitários apostos nas tabelas baixo:

GRUPO 1 - AQUISIÇÃO DE AÇÚCAR CRISTAL E ADOÇANTE (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Açúcar Cristal, branco, acondicionado em embalagens plástica de 1 (um) quilograma, conforme especificações deste Termo de Referência.	603269	Pacote	350	5,45	1.907,50
2	Açúcar Cristal, branco, acondicionado em embalagens plástica de 5 (cinco) quilogramas, conforme especificações deste Termo de Referência.	603269	Pacote	850	22,54	19.159,00
3	Adoçante líquido Sucralose, sem glúten, com data de validade e fabricação informadas na embalagem, conforme especificações deste Termo de Referência.	625668	Frasco	350	6,64	2.324,00
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 1: R\$ 23.390,50 (VINTE E TRÊS MIL, TREZENTOS E NOVENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)						

GRUPO 2 - AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
4	Água mineral natural, tipo: sem gás, envasado em copos plásticos de 200 ml cada, conforme especificações deste Termo de Referência.	445484	Copo	6.000	2,16	12.960,00
5	Água Mineral sem gás em embalagens de 20 litros, conforme especificações deste Termo de Referência.	445485	Galão	3.500	15,03	52.605,00

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 2: R\$ 65.565,00 (SESSENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS)
--

GRUPO 3 - AQUISIÇÃO DE BISCOITOS AMANTEIGADOS (DISPUTA AMPLA)						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
6	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. Sabor: leite, conforme especificações deste Termo de Referência.	623123	Sachê	190.500	2,02	384.810,00
7	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. Sabor: chocolate, conforme especificações deste Termo de Referência.	623124	Sachê	190.500	2,02	384.810,00
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 3: R\$ 769.620,00 (SETECENTOS E SESSENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E VINTE REAIS)						

GRUPO 4 - AQUISIÇÃO DE BISCOITOS AMANTEIGADOS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
8	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. Sabor: leite, conforme especificações deste Termo de Referência.	623123	Sachê	15.875	2,02	32.067,50
9	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. Sabor: chocolate, conforme especificações deste Termo de Referência.	623124	Sachê	15.875	2,02	32.067,50
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 4: R\$ 64.135,00 (SESSENTA E QUATRO MIL, CENTO E TRINTA E CINCO REAIS)						

GRUPO 5 - AQUISIÇÃO DE BISCOITOS AMANTEIGADOS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
10	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. Sabor: leite, conforme especificações deste Termo de Referência. .	623123	Sachê	15.875	2,02	32.067,50
11	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. Sabor: chocolate, conforme especificações deste Termo de Referência.	623124	Sachê	15.875	2,02	32.067,50
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 5: R\$ 64.135,00 (SESSENTA E QUATRO MIL, CENTO E TRINTA E CINCO REAIS)						

GRUPO 6 - AQUISIÇÃO DE BISCOITOS AMANTEIGADOS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL

12	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. Sabor: leite, conforme especificações deste Termo de Referência. .	623123	Sachê	15.875	2,02	32.067,50
13	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. Sabor: chocolate conforme especificações deste Termo de Referência.	623124	Sachê	15.875	2,02	32.067,50
<b>VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 6: R\$ 64.135,00 (SESSENTA E QUATRO MIL, CENTO E TRINTA E CINCO REAIS)</b>						

GRUPO 7 - AQUISIÇÃO DE BISCOITOS AMANTEIGADOS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
14	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. Sabor: leite, conforme especificações deste Termo de Referência. .	623123	Sachê	15.875	2,02	32.067,50
15	Biscoito amanteigado, embalado em sachês individuais, contendo no mínimo 2 (duas) unidades por sachê. Sabor: chocolate conforme especificações deste Termo de Referência.	623124	Sachê	15.875	2,02	32.067,50
<b>VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 7: R\$ 64.135,00 (SESSENTA E QUATRO MIL, CENTO E TRINTA E CINCO REAIS)</b>						

GRUPO 8 - AQUISIÇÃO DE BOLINHOS (DISPUTA AMPLA)						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
16	Bolinho de laranja sem recheio, com forminha, embalados individualmente, conforme especificações deste Termo de Referência.	610529	Pacote	24.300	2,91	70.713,00
17	Bolinho de chocolate, com forminha, embalados individualmente, conforme especificações deste Termo de Referência.	465634	Pacote	24.300	2,91	70.713,00
<b>VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 8: R\$ 141.426,00 (CENTO E QUARENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E VINTE E SEIS REAIS)</b>						

GRUPO 9 - AQUISIÇÃO DE BOLINHOS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
18	Bolinho de laranja sem recheio, com forminha, embalados individualmente, conforme especificações deste Termo de Referência.	610529	Pacote	8.100	2,91	23.571,00
19	Bolinho de chocolate, com forminha, embalados individualmente, conforme especificações deste Termo de Referência.	465634	Pacote	8.100	2,91	23.571,00
<b>VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 9: R\$ 47.142,00 (QUARENTA E SETE MIL, CENTO E QUARENTA E DOIS REAIS)</b>						

GRUPO 10 - AQUISIÇÃO DE COADOR E FILTRO DE PAPEL (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL

20	Coador de pano para cafeteira Industrial - sem cabo, conforme especificações deste Termo de Referência.	404268	Unidade	60	12,63	757,80
21	Filtro de papel para café nº 103 – contendo 30 (trinta) unidades cada, conforme especificações deste Termo de Referência.	618274	Unidade	140	5,28	739,20
<b>VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 10: R\$ 1.497,00 (HUM MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS)</b>						

<b>GRUPO 11 - AQUISIÇÃO DE SUCOS EM CAIXINHA (DISPUTA AMPLA)</b>						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
22	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva, conforme especificações deste Termo de Referência.	486171	Unidade	63.752	3,27	208.469,04
23	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor manga, conforme especificações deste Termo de Referência.	279609	Unidade	63.752	3,42	218.031,84
24	Suco pronto para beber. Sem adição de açúcar. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva, conforme especificações deste Termo de Referência.	486400	Unidade	63.752	5,49	349.998,48
<b>VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 11: R\$ 776.499,36 (SETECENTOS E SETENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS)</b>						

<b>GRUPO 12 - AQUISIÇÃO DE SUCOS EM CAIXINHA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)</b>						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
25	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva, conforme especificações deste Termo de Referência.	486171	Unidade	5.312	3,27	17.370,24
26	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor manga, conforme especificações deste Termo de Referência.	279609	Unidade	5.312	3,42	18.167,04
27	Suco pronto para beber. Sem adição de açúcar. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva, conforme especificações deste Termo de Referência.	486400	Unidade	5.312	5,49	29.162,88
<b>VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 12: R\$ 64.700,16 (SESSENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)</b>						

<b>GRUPO 13 - AQUISIÇÃO DE SUCOS EM CAIXINHA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)</b>						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
28	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva, conforme especificações deste Termo de Referência.	486171	Unidade	5.312	3,27	17.370,24
29	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor manga, conforme especificações deste Termo de Referência.	279609	Unidade	5.312	3,42	18.167,04
30	Suco pronto para beber. Sem adição de açúcar. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva, conforme especificações deste Termo de Referência.	486400	Unidade	5.312	5,49	29.162,88
<b>VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 13: R\$ 64.700,16 (SESSENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS REAIS E</b>						



**GRUPO 14 - AQUISIÇÃO DE SUCOS EM CAIXINHA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)**

	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
31	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva, conforme especificações deste Termo de Referência.	486171	Unidade	5.312	3,27	17.370,24
32	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor manga, conforme especificações deste Termo de Referência.	279609	Unidade	5.312	3,42	18.167,04
33	Suco pronto para beber. Sem adição de açúcar. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva. Embalado em caixinha individual contendo 200 ml. Entrega fracionada.	486400	Unidade	5.312	5,49	29.162,88

**VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 14: R\$ R\$ 64.700,16 (SESSENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)**

**GRUPO 15 - AQUISIÇÃO DE SUCOS EM CAIXINHA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)**

	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
34	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva, conforme especificações deste Termo de Referência.	486171	Unidade	5.312	3,27	17.370,24
35	Suco pronto para beber. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor manga, conforme especificações deste Termo de Referência.	279609	Unidade	5.312	3,42	18.167,04
36	Suco pronto para beber. Sem adição de açúcar. Sem conservantes. Sem glúten. Sabor uva, conforme especificações deste Termo de Referência.	486400	Unidade	5.312	5,49	29.162,88

**VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O GRUPO 15: R\$ R\$ 64.700,16 (SESSENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)**

**ITEM 37- AQUISIÇÃO DE CAFÉ EM PÓ (DISPUTA AMPLA)**

	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
37	Café em pó, tipo TRADICIONAL em embalagens de 500g, conforme especificações deste Termo de Referência.	618302	Pacote	1.500	43,62	65.430,00

**VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O ITEM 37: R\$ 65.430,00 (SESSENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E TRINTA REAIS)**

**ITEM 38 - AQUISIÇÃO DE CAFÉ EM PÓ (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)**

	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
38	Café em pó, tipo TRADICIONAL em embalagens de 500g, conforme especificações deste Termo de Referência.	618302	Pacote	500	43,62	21.810,00

**VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O ITEM 38: R\$ 21.810,00 (VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E DEZ REAIS)**

ITEM 39 - AQUISIÇÃO DE CHÁ MATE (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI)						
	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
39	Chá Mate acondicionados em embalagens de 250 (duzentos e cinquenta) gramas, conforme especificações deste Termo de Referência.	233880	Caixa	350	6,35	2.222,50
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA O ITEM 39: R\$ 2.222,50 (DOIS MIL, DUZENTOS E VINTE E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)						

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA previsto para a contratação; ou
- 10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Coren-MG;
  - 11.1.1 Por tratar-se de Registro de Preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Referência foi expedido em pela Unidade de Planejamento - DEPCG e setor de Patrimônio, Almoxarifado, Manutenção e Logística da Unidade de Gestão - DEPCG, em **23 de abril de 2026**, conforme preconizado no inciso XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021.

## **13. ANEXO I**

### **Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

#### **Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021**

#### **Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024**

### **1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. No que couber, o adjudicatário terá o prazo de até 5 dias corridos, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.1.1 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido neste Termo de Referência,

### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Coren-MG para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 2 horas, a contar do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

- 3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 20 dias.
- 3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 3.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 3.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 3.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução contratual.
- 4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo COREN-MG, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.1.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.1.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.1.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6 A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

8.1. Fica definido o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal em Belo Horizonte/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **14. ANEXO II**

### **TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere este Pregão Eletrônico, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 2026.



## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VIVIANE LETICIA MATIAS DOS SANTOS**

Subcoordenadora da Unidade de Planejamento - DEPCG



*Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 11:22:49.*

**EMERSON JANUARIO DA SILVA**

Chefe do setor de Patrimônio, Almoxarifado, Manutenção e Logística

**LUCAS TAVARES NOGUEIRA**

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO COREN-MG 202.177 - ENF

